

Particip[ATIVA]: proposta de um modelo conceitual para o método de planejamento participativo

Particip[ATIVA]: proposal for a conceptual model for the participatory planning method

Ana Luíza Dagnoni(1); Rachel Lopes Fernandes Fonseca(2); Márcia Seixas dos Santos(3); Maíra Longhinotti Felipe(4); Gabriela Ferreira Ávila(5); Luiza de Mattos Silva(6)

1 Graduada em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina.

E-mail: analuiza.dagnoni@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-8662-4636>

2 Mestra em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina.

E-mail: rachellopesfernandes@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-8297-2551>

3 Mestra em Design, Doutoranda em Design, Universidade do Estado de Santa Catarina.

E-mail: marcinhaseixas@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0179-6840>

4 Doutora em Tecnologia da Arquitetura, Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina.

E-mail: mairafelipe@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9483-1654>

5 Arquiteta e Urbanista, Mestranda em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina.

E-mail: gabrielaavi@outlook.com | ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-9543-8442>

6 Arquiteta e Urbanista, Universidade Federal de Santa Catarina.

E-mail: luizademattoss@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9965-4754>

Revista de Arquitetura IMED, Passo Fundo, vol. 14, n. 2, p. 71-89, julho-dezembro, 2025 - ISSN 2318-1109

DOI: <https://doi.org/10.18256/2318-1109.2025.v14i2.5206>

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*

Resumo

Planejamento participativo refere-se a uma prática de construção coletiva que capacita politicamente seus atores e transforma as dinâmicas de poder e relações socioespaciais. Seu êxito depende, no entanto, da compreensão das complexidades da realidade comunitária, o que encontra desafios em incertezas teórico-metodológicas e no engajamento e integração da comunidade envolvida. Partindo destas considerações, este artigo objetiva apresentar uma proposta de modelo conceitual para o método de planejamento participativo, voltada à dissolução das dificuldades comuns do processo e potencializando os efeitos positivos que a prática proporciona. Sua elaboração derivou do conhecimento sistematizado por meio de uma revisão de literatura sistemática e integrativa que apontou as metodologias existentes de processos participativos e avaliações acerca desses processos. A partir destes resultados, discute-se e propõe-se o método Particip[ATIVA], que se articula através de momentos compostos por etapas e ações descritos neste artigo, almejando sua aplicação em diferentes contextos.

Palavras-chave: planejamento participativo; participação social; produção do espaço; espaço público; metodologias.

Abstract

Participatory planning refers to a practice of collective construction that politically empowers its actors and transforms the dynamics of power and socio-spatial relations. However, its success depends on understanding the complexities of community reality, which is challenged by theoretical and methodological uncertainties and the engagement and integration of the community involved. Based on these considerations, this article aims to present a proposal for a conceptual model for the participatory planning method, aimed at dissolving the common difficulties of the process and maximising the positive effects that the practice provides. Its elaboration derived from the knowledge systematised through a literature review that pointed to existing methodologies for participatory processes and evaluations of these processes. Based on these results, the Particip[ATIVA] method is discussed and proposed, which is articulated through moments made up of stages and actions described in this article, with the aim of applying it in different contexts.

Keywords: participatory planning; social participation; production of space; public space; methodologies.

1 Introdução

O planejamento participativo, de acordo com Gandin (2001), diz respeito a uma prática de construção coletiva, que está baseada no reconhecimento de que todos são iguais e têm o mesmo poder para decidir e agir sobre sua realidade. Tal prática opõe-se às decisões que, estruturalmente em nossa sociedade, são tomadas de maneira hierárquica, sem contemplar a totalidade das pessoas envolvidas (Vandresen *et al.*, 2019). Quando fundamentado na justiça social (Carli *et al.*, 2015), o planejamento participativo altera as dinâmicas de poder e torna os envolvidos emancipados e mais ativos politicamente (Fenster; Misgav, 2014), o que os conecta a lugares e à cidade, qualificando as relações socioespaciais.

O êxito do planejamento participativo, no entanto, depende da compreensão da realidade comunitária e de suas complexidades, como a conexão entre grupos e a natureza de seus interesses (Moran, 2004). A falta desse entendimento pode prejudicar a adesão à proposta colaborativa (Milligan *et al.*, 2014; Umemoto, 2001). A diminuição do interesse de colaboração dos participantes também pode advir de uma despolitização do ativismo comunitário (Cabello *et al.*, 2018). Outros desafios ligados à aplicação de metodologias participativas também são problemáticas latentes, como a incerteza técnica-metodológica, a falta de padronização, conflitos de interesse de grupos e dificuldades para a implementação de projetos (Cabello *et al.*, 2018; Shrestha; Flacke, 2019). A mitigação destas problemáticas poderia conduzir a um aperfeiçoamento do método participativo, para o alcance de seus objetivos de maneira mais efetiva (Poolman; Van De Giesen, 2006).

Partindo destas considerações, este trabalho tem como objetivo apresentar a proposta de um modelo conceitual para o método de planejamento participativo, voltado à dissolução das dificuldades comuns ao processo e, logo, à potencialização dos efeitos positivos que a prática proporciona. Para construir o modelo conceitual, as autoras adotaram um percurso metodológico organizado em duas etapas: (a) em um primeiro momento, conduziram uma extensa e abrangente revisão de literatura; em seguida, (b) realizaram oficinas, através das quais os integrantes do grupo de pesquisa envolvido puderam discutir e propor ideias para o modelo conceitual que se desejava construir.

A revisão de literatura efetuada, do tipo sistemática e integrativa, objetivou levantar metodologias de processos participativos existentes e avaliações acerca desses processos. Os dados obtidos a partir da análise de 226 artigos permitiram boa compreensão a respeito das experiências participativas e levaram ao conhecimento de métodos e ferramentas comumente utilizadas, bem como à identificação de algumas de suas problemáticas e potencialidades, mais especificamente, de aspectos positivos, negativos, desafios e requisitos ligados às práticas investigadas. Foi a partir destes resultados que as autoras discutiram e propuseram, em uma segunda etapa, o modelo conceitual participativo a seguir descrito. Ele busca estabelecer estratégias que mitigam dificuldades e problemáticas comumente encontradas, potencializando os benefícios da prática, como será discutido mais adiante.

A proposta metodológica apresentada a seguir corresponde a uma etapa de um projeto mais amplo, que tem o propósito de favorecer o desenvolvimento de ambientes urbanos promotores de bem-estar, a partir dos conhecimentos produzidos no campo dos estudos das relações entre pessoas e ambientes, em particular, os ambientes verdes da cidade. O conjunto de todas as etapas previstas envolve: (a) revisões sistemáticas de literatura sobre espaços verdes urbanos promotores de bem-estar e sobre o planejamento participativo em ambientes urbanos; (b) elaboração de quadros conceituais representativos dos resultados encontrados na etapa de revisões

de literatura; (c) definição preliminar de uma proposta metodológica em *design* social para o planejamento de espaços livres urbanos; (d) elaboração de uma estratégia de comunicação da metodologia elaborada na etapa anterior, a fim de compartilhar os conhecimentos produzidos de forma clara, organizada e efetiva; (e) execução de um estudo-piloto de ações sociais coletivas voltadas à requalificação de espaços urbanos pela valorização da natureza em comunidades vulneráveis; (f) definição final de uma proposta metodológica em *design* social para a criação de ambientes verdes urbanos restauradores; (g) confecção de um guia que auxilie comunidades e profissionais a trabalharem juntos em projetos de requalificação de áreas urbanas, pela aproximação à natureza. A etapa descrita no item 'c' corresponde ao trabalho a seguir apresentado.

2 Resultados e discussão

A estrutura do método de planejamento participativo proposto apresenta uma organização em quatro níveis, do mais amplo ao mais específico: (a) momento; (b) etapa; (c) ação; (d) instrumentos. Cada momento articula-se em etapas. Cada etapa desdobra-se em ações. E, por fim, cada ação efetiva-se pela aplicação de determinados instrumentos.

Na proposta, os **momentos** refletem as três grandes fases que estruturam sequencialmente o método como um todo: (a) a Descoberta, (b) a Experimentação e (c) a Transformação, correspondendo respectivamente aos períodos de início, desenvolvimento e finalização da prática participativa. Cada momento organiza-se em duas **etapas**, que correspondem às linhas gerais da atuação dentro das fases de começo, meio e fim do trabalho. Assim, o método articula-se em seis etapas (Quadro 1):

Quadro 1. Momentos e Etapas do Método

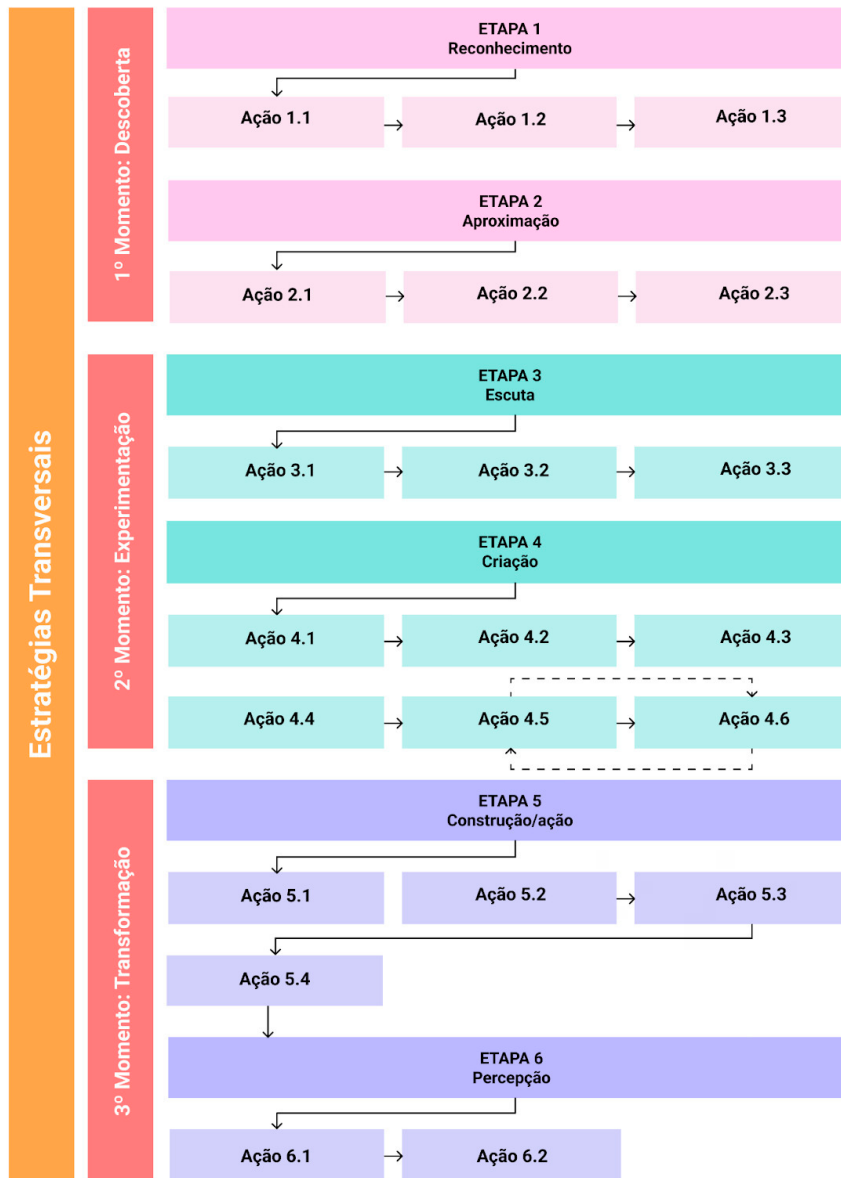
Momento Descoberta (início)
Etapa 1: Reconhecimento
Etapa 2: Aproximação
Momento Experimentação (desenvolvimento)
Etapa 3: Escuta
Etapa 4: Criação
Momento Transformação (finalização)
Etapa 5: Construção/ação
Etapa 6: Percepção

Fonte: Autoras (2024).

Em cada uma das seis linhas gerais de atuação (etapas de reconhecimento, aproximação, escuta, criação, construção/ação e percepção), estão previstas **ações** que se apresentam como objetivos específicos a serem alcançados sequencialmente pelo grupo de trabalho ao longo do desenvolvimento das etapas e momentos. As ações são identificadas através de numeração que faz referência à etapa a que pertencem e

à posição que assumem na sequência de ações dentro de cada etapa (por exemplo, na Etapa 1, estão previstas as Ações 1.1, 1.2, 1.3; enquanto que na Etapa 6, as ações 6.1 e 6.2). O número de ações por etapa varia de dois a seis, conforme ilustra a Figura 1.

Figura 1. Estrutura do método



Fonte: Autoras (2024).

O quarto nível de organização do método, após momentos, etapas e ações, são os **instrumentos**. Os instrumentos se apresentam como opções de ferramentas voltadas ao alcance dos objetivos específicos expressos pelas ações. Variam entre um e dez para cada ação e podem ser utilizados de maneira isolada ou de forma combinada, como itens de uma caixa de ferramentas. Ao todo, 40 instrumentos diferentes foram relacionados ao método, alguns indicados em mais de uma ação. Uma descrição de cada instrumento sugerido pode ser consultada em *oculto para avaliação às cegas*, onde também são citadas referências de aplicação.

Além dos momentos, etapas, ações e instrumentos, algumas **estratégias transversais** são previstas. São assim consideradas porque se espera que estejam presentes ao longo de todo o processo participativo, e não apenas em uma ou outra etapa. Essas estratégias serão apresentadas no item 2.4.

Por fim, destaca-se a existência de etiquetas sobrepostas a todas as ações, que indicam quais são as pessoas encarregadas do objetivo em questão: a comunidade de forma geral, a equipe técnica responsável pela facilitação do processo participativo ou ambas (observar etiquetas nas figuras 2, 3 e 4). Por equipe técnica, entende-se o grupo de facilitadores do processo, externos ou internos à comunidade. São os agentes que promovem a participação, de modo a garanti-la e efetivá-la, além de buscar ou fornecer a assistência técnica necessária para que o objetivo final seja alcançado. A assistência técnica, no âmbito de projetos urbanos comunitários, por exemplo, pode envolver conhecimento em desenho urbano, projeto paisagístico, projeto arquitetônico, execução de obras, especificação de materiais, estudos orçamentários, captação de recursos, entre outros, conforme as especificidades da ação participativa. A seguir, propõe-se uma ulterior descrição do método a partir de seus momentos, etapas e ações.

2.1 Momento Descoberta (Etapas 1 e 2)

O primeiro momento, denominado *Descoberta*, baseia-se na necessidade de aproximação da realidade que permeia uma comunidade. É fundamental uma abordagem pessoal antes que ações propositivas, em relação ao objeto final, sejam executadas. Pressupõe-se, desse modo, que para o início de qualquer prática participativa é necessária, como primeiro passo, a compreensão do contexto e das dinâmicas locais. Isso inclui a integração da comunidade, reconhecendo que, por vezes, a automaticidade da rotina não incita a percepção das nuances e particularidades da própria localidade.

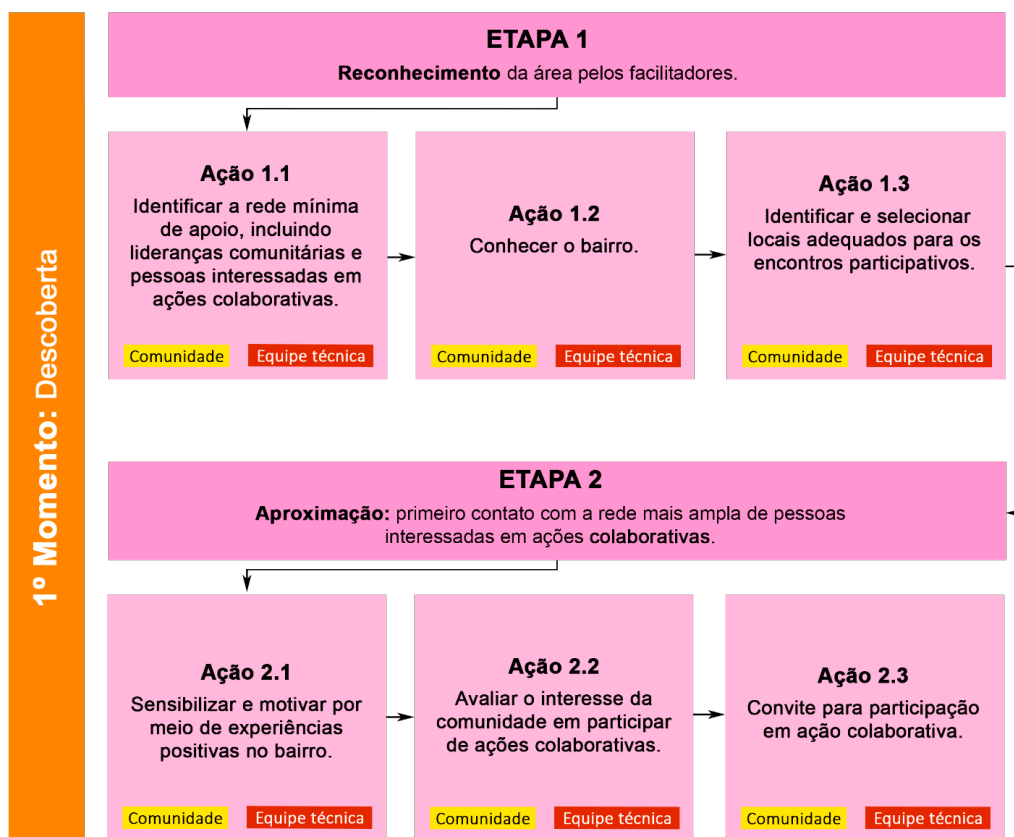
Assim, o momento Descoberta divide-se em duas etapas: o *Reconhecimento* e a *Aproximação* (Figura 2). A primeira delas é caracterizada pelo reconhecimento da área pelos facilitadores (equipe técnica), de modo a familiarizá-los com o bairro e suas dinâmicas. Dentro da Etapa 1 incluem-se três ações. A primeira delas - Ação 1.1 - diz respeito à identificação da rede mínima de apoio, incluindo lideranças comunitárias e pessoas interessadas em ações colaborativas, através de ferramentas como conversas informais, seleção por bola de neve, e pela utilização das redes sociais. A segunda ação - Ação 1.2 - propõe especificamente conhecer o bairro, com a participação da comunidade, mas com foco na percepção da equipe técnica, através de ferramentas como os *walking tours*, percepção ambiental georreferenciada, e diário de campo. A terceira ação - Ação 1.3 - tem como objetivo identificar e selecionar locais adequados para os encontros participativos, entendendo a necessidade de um local de encontros de fácil acesso e confortável.

A Etapa 2, de aproximação, caracteriza-se pelo primeiro contato com uma rede mais ampla de pessoas interessadas em ações colaborativas e é realizada em três ações. A primeira delas - Ação 2.1 - pretende sensibilizar e motivar por meio de experiências positivas no bairro, de modo a integrar os facilitadores à comunidade, fortalecer laços entre os participantes, além de exercitar o olhar mais atento sobre o dia a dia do lugar onde vivem. As experiências positivas podem ocorrer em passeios, confraternizações, atividades programadas de integração. Como ferramentas de apoio a essas atividades, propõem-se narrativas orais e digitais, autobiografias, redes sociais e conversas informais. Em seguida, é necessário avaliar o interesse da comunidade em participar de ações colaborativas, uma vez entendido que, antecedendo o engajamento na prática do planejamento participativo em si, deve existir a predisposição da comunidade para a participação conjunta. A segunda ação - Ação 2.2 -, portanto, tem esse objetivo e utiliza de ferramentas como questionário, entrevista e rodas de conversa para avaliar o interesse da comunidade. Confirmado o interesse, a terceira ação - Ação 2.3 - refere-se ao convite para participação em ações colaborativas, o que finaliza a Etapa 2, e pode ter o apoio de ferramentas como redes sociais, panfletagem, seleção por bola de neve, entre outros. Todas as ações desse momento têm como agentes tanto a comunidade como a equipe técnica, embora com papéis diferenciados em cada ação.

O momento *Descoberta*, na metodologia, é proposto com a intenção de aplacar os aspectos negativos identificados na revisão bibliográfica, realizada como estudo inicial deste trabalho, que são: impossibilidade de criar grupos de interesses em comum (Cameron; Grant-Smith, 2005), dificuldade de integração e cooperação entre os grupos (Asha, 2014; Poolman; Van De Giesen, 2006; Riristuningsia; Harsono, 2017), falta de conhecimento local por autoridades institucionais (Wallin *et al.*, 2016) e a falta de objetivos e de tempo dos envolvidos (Kelty; Erickson, 2018; Kim; Kang, 2018; White, 2001). Tais dificuldades denotam a fragilidade do processo de inclusão dos envolvidos e um distanciamento que provocaria uma desmotivação já no início do processo, podendo se tornar fatal à conformação da participação no planejamento. Muitas vezes essas ações não solidificadas tornam-se motivos para os projetos não evoluírem de forma positiva, ou ainda, para enfraquecer os demais momentos. A Etapa 2, de aproximação, busca especialmente mitigar aspectos negativos como liderança fraca dos chefes de comunidade (Riristuningsia; Harsono, 2017) e a despolitização do ativismo comunitário (Wideman; Masuda, 2018), uma vez que ambos reforçam a falta de integração e de laços mais estreitos da comunidade como um todo.

É importante destacar que, neste primeiro momento, ainda não se fala do produto que resultará do processo participativo. Caracteriza-se, essencialmente, como pré-projeto, embora o processo por si só possa já promover resultados de emancipação e usufruto de bens sociais. O *Momento Descoberta* é considerado concluído quando estabelecidas as bases para iniciar o mapeamento das necessidades que embasam o *Momento Experimentação*.

Figura 2. Momento Descoberta



Fonte: Autoras (2024).

2.2 Momento Experimentação (Etapas 3 e 4)

O segundo momento, denominado *Experimentação*, caracteriza-se por etapas mais afirmativas e criativas, onde se pretende entender as demandas da comunidade, além de identificar e propor o objeto final de intervenção. Aqui, as funções da equipe técnica se resumem à facilitação do processo e a comunidade passa a atuar mais ativamente. Os esforços conjuntos se voltam à definição de uma proposta.

O *Momento Experimentação* se divide em duas etapas, a etapa 3 de *Escuta* e a etapa 4 de *Criação*. Na etapa de *Escuta*, incluem-se três ações com o objetivo principal de identificar o produto de interesse coletivo da comunidade, a ser desenvolvido no processo participativo. A primeira ação - Ação 3.1 - está voltada para a descoberta do que está bom e do que pode melhorar dentro da comunidade segundo a percepção dos participantes. É uma etapa em que se pode mapear as demandas da região, classificando-as em coletivas ou individuais, através de ferramentas como entrevista, desenho explicado, poema dos desejos, investigação apreciativa, etc. A segunda ação - Ação 3.2 - diz respeito à sistematização das informações compartilhadas pela comunidade na ação anterior, por meio de categorização de dados e tabulação cruzada. Por fim, a ação que conclui a etapa de *Escuta* - Ação 3.3 - propõe-se a identificar prioridades e a viabilidade do objeto da ação participativa, com o auxílio

de ferramentas como análise de decisão multicritérios, SWOT, votação e rodas de conversa. Comumente, a ação participativa surge de um objetivo final de intervenção preestabelecido e de um interesse comum que beneficia a coletividade. Essa etapa servirá essencialmente para fortalecer os objetivos em comum e concentrar esforços no que for indispensável e passível de execução. A etapa *Escuta* tem a intenção de mitigar a falta de objetivo que acomete certos processos participativos (Kelty; Erickson, 2018), em busca do bem-estar coletivo e da continuidade do processo.

Na sequência, a Etapa 4 conta com seis ações para criar, na prática, o projeto a ser executado. Nesta etapa, pretende-se contornar possíveis equívocos de levantamento de dados (Rzeszewski; Kotus, 2019; Schroth *et al.*, 2011) e garantir a coerência do produto. Assim, como primeira ação - Ação 4.1 -, destaca-se a necessidade de conhecer projetos e experiências de referência que se enquadrem no contexto trabalhado, através de rodas de conversa, método de conferência de busca e etc. Em seguida, a Ação 4.2 se volta exclusivamente para conhecer as condicionantes do projeto, relacionadas às normas técnicas, ao tema e ao contexto. Tal ação se destaca por ser a primeira envolvendo apenas a equipe técnica na execução. Vale-se de ferramentas como pesquisa documental e de literatura, diário de campo e percepção ambiental georreferenciada. A terceira ação - Ação 4.3 - objetiva definir as diretrizes e intenções de projeto, novamente envolvendo a comunidade e a equipe técnica, através de ferramentas como *brainstorming*, cenários, e rodas de conversa. Definidas as diretrizes, a ação 4.4 tem como meta a elaboração de um estudo preliminar da proposta, com auxílio de maquete, desenho explicado, argila e *brainstorming*. A partir do estudo preliminar, a quinta ação - Ação 4.5 - consiste em aprofundar a proposta, e inclui ainda uma análise de viabilidade. Esta ação cabe apenas à equipe técnica e compõe um ciclo com a ação 4.6, ação de revisão da proposta, de volta à comunidade. Entende-se, assim, que a ação 4.5 trata de um processo mecânico e de pesquisa, auxiliado por ferramentas como modelos 3D, desenhos, modelos físicos e etc, mas que a proposta não pode seguir sem a aprovação da comunidade (Ação 4.6), através de *feedback*, 3D interativo, criação de cenários e outras ferramentas. Pretende-se, dessa maneira, legitimar o processo de planejamento, uma vez que o ciclo só termina, dando prosseguimento ao terceiro e último momento, quando não houver mais necessidade de revisão e a comunidade estiver de acordo com a proposta. Desse modo, tem-se o fortalecimento dos laços de confiança e a manutenção da transparência do processo, sem imposições incoerentes à realidade local e com o objetivo traçado em conjunto na etapa anterior.

De maneira geral, o *Momento Experimentação* visa aplacar a incidência de cenários não inclusivos e de participação manipulada observados em revisão de literatura (Damay; Delmotte, 2010; Drazkiewicz *et al.*, 2015), através do estímulo à interação e discussão entre diversos atores com suas diferentes perspectivas. Pretende, ainda, que o processo de concepção do projeto se dê de maneira sensível às diversidades, flexível em suas formas de participação. É essencial, portanto, nesse e nos demais momentos, o diálogo horizontal e o equilíbrio de poder entre os atores.

2.3 Momento Transformação (Etapas 5 e 6)

O terceiro momento, chamado de *Transformação*, é o último do método participativo e inclui duas etapas. Tal momento objetiva atividades de execução da proposta e devolutiva da comunidade em relação à experiência participativa e ao produto final. Entende-se, desta maneira, que a reflexão sobre o processo após sua conclusão é tão importante quanto o produto resultante, de modo a fortalecer a prática participativa através da validação de suas potencialidades. A má implementação dos projetos foi identificada na literatura como um problema associado à prática participativa (Asha, 2014), sendo evidente neste momento. Para amenizar essa questão, foca-se em trazer aspectos favoráveis destas práticas como a identificação de erros no planejamento e nas atividades da execução (Hewitt; Escobar, 2011), realizadas principalmente pela equipe técnica desde a etapa anterior.

Figura 3. Momento Experimentação

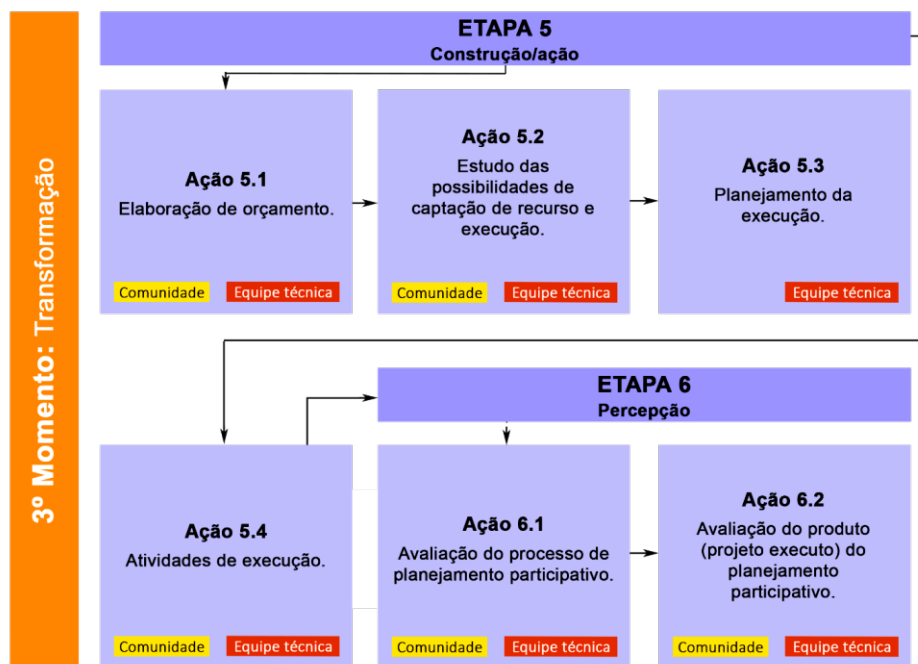


Fonte: Autoras (2024).

A primeira etapa do Momento *Experimentação*, Etapa 5, é aquela de Construção/Ação. Suas ações estão voltadas ao encaminhamento e à execução do objetivo. Assim, a Ação 5.1 visa a elaboração do orçamento, podendo-se utilizar como base a pesquisa de mercado e softwares BIM. Elaborado o orçamento, é necessária a captação de recursos, e a Ação 5.2 pretende, portanto, estudar as possibilidades de captação e execução da proposta. Como ferramentas, sugere-se *brainstorming*, roda de conversa e análise de decisão multicritérios. Em seguida, a Ação 5.3 visa o planejamento da execução, utilizando como ferramentas mobilização de recursos, rodas de conversa, redes sociais e *brainstorming*. Essa ação é a terceira e última ação exclusivamente executada pela equipe técnica. Por fim, a Ação 5.4 consiste nas atividades de execução efetivamente, através de capacitação e mutirão. Nesta etapa, a falta de recursos e remuneração dos envolvidos é o maior entrave encontrado (Abdul-Rahaman; Adusah-Karikari, 2019), o qual busca-se contornar adotando a otimização dos recursos disponíveis e a adoção de técnicas versáteis e de baixo custo (Koutsi; Stratigea, 2019; Steiniger; Poorazizi, 2012).

A última etapa do método, Etapa 6, denominada *Percepção*, conta com duas ações que objetivam a avaliação do processo e do projeto executado. A Ação 6.1, visa especificamente avaliar o processo de planejamento participativo, e a Ação 6.2 tem enfoque em avaliar o produto do planejamento. Tais ações utilizam ferramentas como questionário, *feedback*, entrevista e narrativas orais. Pela movimentações sociais ocorridas, esta etapa pode acabar por gerar novos conflitos territoriais (Wideman; Masuda, 2018), o que pode ser reduzido ao trabalhar a colaboração, integração e alianças entre pessoas e grupos (Wideman; Masuda, 2018; Zeng; Bordeaux Silverstein, 2011). Insatisfação, decepção e negatividade (Ghose, 2005; Overfelt, 2013) podem ser mitigadas pelas conexões entre pessoas, lugares e tradições (Kang, 2019; Palladino, 2020), que o método procura incentivar.

Figura 4. Momento Transformação



Fonte: Autoras (2023).

2.4 Estratégias Transversais

Duas estratégias transversais são propostas para o método. Elas se desenvolvem ao longo de todo o processo participativo, percorrendo as diferentes ações, etapas e momentos. São elas: (a) estratégia de coesão e (b) estratégia de adaptação.

A coesão corresponde à ênfase em uma atmosfera de comunhão, confraternização e intimidade entre os participantes do processo, que colabore para o fortalecimento de uma identidade coletiva, a construção de um sentido de pertencimento a um grupo, ou ainda, a conexão entre pessoas em torno de objetivos e valores partilhados. Para tanto, são sugeridas práticas de encontros informais, durante ou para além das ações participativas, tais como: refeições em comum, passeios, festividades, entre outros. Essa estratégia objetiva mitigar algumas dificuldades importantes ligadas à prática participativa, entre elas, o desafio de integração e cooperação entre grupos (Asha, 2014; Poolman; Van De Giesen, 2006; Riristuningsia; Harsono, 2017); o empenho pela criação de congregações com interesses em comum (Cameron; Grant-Smith, 2005); os esforços ligados à coordenação dos trabalhos (Asha, 2014); o enfrentamento da apatia, estagnação, falta de adesão e de engajamento (Cabello *et al.*, 2018; Eugenio-Vela *et al.*, 2020; Milligan *et al.*, 2014); por fim, a presença de sentimentos de insatisfação, decepção e de negatividade (Ghose, 2005; Overfelt, 2013). Busca-se, assim, desenvolver as potencialidades típicas de processos colaborativos, como integração de habilidades sócio-psicológicas dos participantes (Hasanov; Beaumont, 2016); consolidação do tecido social e conexão entre pessoas (Moran, 2004; Terrones-Cordero, 2013); redução

de conflitos (Peris *et al.*, 2011; Yates; Schoeman, 2013); fomento a mobilização, democracia, colaboração, integração e alianças (Wideman; Masuda, 2018).

Já a estratégia de adaptação prevê a possibilidade de ajustamento do método à situação e às opções disponíveis. Esta estratégia parte do entendimento de que existe uma multiplicidade de demandas e produtos possíveis nas ações participativas: por exemplo, projetos em diferentes escalas, do âmbito do mobiliário urbano à requalificação de grandes espaços livres. Do mesmo modo, cada comunidade apresentará um certo número de recursos ligados, por exemplo, à existência de espaços para o desenvolvimento de atividades participativas, a disponibilidade de tempo das pessoas envolvidas, a disponibilidade de recursos materiais, financeiros, humanos e relativos à assistência técnica. Assim, a aplicação da metodologia deverá considerar a realidade de cada comunidade e de cada demanda, aplicando o método a partir das opções disponíveis. Esse aspecto se consolida pela proposta de um modelo metodológico conceitual, que não enrijece possibilidades, mas enfatiza concepções relevantes ao processo participativo. Adaptar o modelo às diferentes realidades e contextos poderá permitir, por exemplo, melhor atuação diante de cenários de vulnerabilidade social, de baixas taxas de alfabetização e de inclusão digital, que são desafios do planejamento participativo (Anaifo; Appiah Takyi, 2021; Kingston *et al.*, 2000; Riristuningsia; Harsono, 2017; Zhang *et al.*, 2015). Desse modo, buscar-se-á promover maior sensibilidade na concepção de projetos; maior flexibilidade nas formas de participação; inclusão e perspectivas a partir de diversos atores; além da diminuição das barreiras culturais.

3 Conclusões

Este trabalho teve como objetivo desenvolver uma metodologia de planejamento participativo que busque antever e atenuar problemáticas observadas em revisão sistemática de literatura, bem como potencializar as qualidades positivas das experiências participativas, como a construção do senso de pertencimento, a conexão entre os membros de uma comunidade e a emancipação política e social. A definição preliminar de uma proposta metodológica em *design* social para o planejamento de espaços livres da cidade foi uma etapa de um projeto mais amplo com foco na requalificação de áreas urbanas para a promoção do bem-estar.

O modelo conceitual proposto organiza-se em uma sequência de níveis hierárquicos: os **momentos**, que refletem as três grandes fases estruturadoras do método e se articulam em etapas; as **etapas**, que correspondem às seis linhas gerais da atuação dentro das fases de início, desenvolvimento e finalização da prática participativa; e que se desdobram em ações; e as **ações**, que se apresentam como objetivos específicos a serem alcançados ao longo do desenvolvimento das etapas e

momentos, e que se efetivam pela aplicação de **instrumentos**, considerados opções de ferramentas voltadas ao alcance dos objetivos. Essa estrutura é apresentada na forma de um modelo que reforça aspectos relevantes do processo participativo sem rigidez, podendo ser adaptado às diferentes realidades e contextos.

Como material de apoio a este modelo conceitual, foi elaborado pela equipe de autores um glossário de termos que apresenta uma descrição conceitual e prática, com exemplos de aplicação, dos instrumentos sugeridos no método proposto. Este material pode ser consultado em *oculto para avaliação às cegas*. Outro desdobramento é a aplicação prática do método em um projeto piloto. Em se tratando de uma metodologia desenvolvida no âmbito conceitual com base em revisão de literatura, uma aplicação piloto do modelo é necessária e está atualmente em desenvolvimento. Essa etapa do trabalho poderá auxiliar no aperfeiçoamento das definições preliminares aqui descritas e conduzir a eventuais alterações da proposta, como a inclusão de novos instrumentos, ações, etapas ou até mesmo momentos.

De grande relevância para a criação e o desenvolvimento de métodos viáveis e adequados, o modelo conceitual apresentado só se confirmará quando confrontado com realidades diversas. Espera-se, assim, que possa ser testado em diferentes contextos, e por diferentes grupos de facilitadores-pesquisadores. Desse modo, será possível compreender seus aspectos positivos e negativos, em um processo constante de revisão e aperfeiçoamento.

Agradecimentos

Este estudo recebeu suporte financeiro do Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica – PIICT, Bolsas PIBIC/CNPq - BIPI/*oculto para avaliação às cegas*.

Referências

ABDUL-RAHAMAN, B. A.; ADUSAH-KARIKARI, A. The rhetoric and reality of development planning for rural development in Ghana: the case of East Gonja district in Northern Ghana. *Journal of Asian and African Studies*, v. 54, n. 5, p. 656-673, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1177/0021909619836137>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0021909619836137>. Acesso em: 11 fev. 2024.

ANAAFO, D.; APPIAH TAKYI, S. Spatial planning in the digital age: the role of emerging technologies in democratising participation in spatial planning in Ghana. *International Planning Studies*, v. 26, n. 2, p. 117-129, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/13563475.2020.1752159>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13563475.2020.1752159>. Acesso em: 11 fev. 2024.

ASHA, A. A. Towards effective planning and implementation of the local development initiatives in Limpopo Province, South Africa. *Mediterranean Journal of Social Sciences*, v. 5, n. 20, p. 398-408, set. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.5901/mjss.2014.v5n20p398>. Disponível em: <https://www.richtmann.org/journal/index.php/mjss/article/view/3747>. Acesso em: 11 fev. 2024.

CABELLO, V.; KOVACIC, Z.; VAN CAUWENBERGH, N. Unravelling narratives of water management: reflections on epistemic uncertainty in the first cycle of implementation of the Water Framework Directive in southern Spain. *Environmental Science & Policy*, v. 85, p. 19-27, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2018.03.019>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1462901117306779>. Acesso em: 14 fev. 2024.

CAMERON, J.; GRANT-SMITH, D. Building citizens: participatory planning practice and a transformative politics of difference. *Urban Policy and Research*, v. 23, n. 1, p. 21-36, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1080/0811114042000335296>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0811114042000335296>. Acesso em: 14 fev. 2024.

CARLI, B. D.; FREDIANI, A. A.; BARBOSA, B. R.; ASSIS COMARÚ, F. D.; SOUSA MORETTI, R. D. Regeneration through the 'Pedagogy of Confrontation': exploring the critical spatial practices of social movements in Inner City São Paulo as avenues for urban renewal. *Dearq*, v. 1, n. 16, p. 146-161, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.18389/dearq16.2015.10>. Disponível em: https://issuu.com/dearq/docs/dearq16-_issuu_/148#google_vignette. Acesso em: 14 fev. 2024.

DAMAY, L.; DELMOTTE, F. The 'structure plans' in Brussels: from participatory planning to urban governance, a first assessment about a new tool. *Urban Research & Practice*, v. 3, n. 3, p. 257-274, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1080/17535069.2010.524418>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17535069.2010.524418>. Acesso em: 14 fev. 2024.

DRAZKIEWICZ, A.; CHALLIES, E.; NEWIG, J. Public participation and local environmental planning: testing factors influencing decision quality and implementation in four case studies from Germany. *Land Use Policy*, v. 46, n. 1, p. 211-222, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2015.02.010>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0264837715000496>. Acesso em: 14 fev. 2024.

EUGENIO-VELA, J. D. S.; GINESTA, X.; KAVARATZIS, M. The critical role of stakeholder engagement in a place branding strategy: a case study of the Empordà brand. *European Planning Studies*, v. 28, n. 7, p. 1393-1412, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/09654313.2019.1701294>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09654313.2019.1701294>. Acesso em: 14 fev. 2024.

FENSTER, T.; MISGAV, C. Memory and place in participatory planning. *Planning Theory & Practice*, v. 15, n. 3, p. 349-369, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1080/14649357.2014.932427>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14649357.2014.932427>. Acesso em: 14 fev. 2024.

GANDIN, D. A posição do planejamento participativo entre as ferramentas de intervenção na realidade. *Currículo sem fronteiras*, v. 1, n. 1, p. 85-95, 2001. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/a-posicao-do-planejamento-participativo-entre-as-ferramentas-de-intervencao-na-realidade,b68e38df-074d-450f-bdca-92daefaa9ec2>. Acesso em: 14 fev. 2024.

- GHOSE, R. The complexities of citizen participation through collaborative governance. *Space and Polity*, v. 9, n. 1, p. 61–75, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1080/13562570500078733>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13562570500078733>. Acesso em: 14 fev. 2024.
- HASANOV, M.; BEAUMONT, J. The value of collective intentionality for understanding urban self-organization. *Urban Research & Practice*, v. 9, n. 3, p. 231–249, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1080/17535069.2016.1149978>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17535069.2016.1149978>. Acesso em: 14 fev. 2024.
- HEWITT, R.; ESCOBAR, F. The territorial dynamics of fast-growing regions: Unsustainable land use change and future policy challenges in Madrid, Spain. *Applied Geography*, v. 31, n. 2, p. 650–667, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.apgeog.2010.11.002>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0143622810001426>. Acesso em: 14 fev. 2024.
- KANG, M. J. Reconstructing spatial narratives as a mode of action research and planning – Dialogical community actions of urban regeneration in the neighborhoods of Ka-la k-á, Taipei. *Action Research*, v. 17, n. 3, p. 378–399, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1177/1476750317733806>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1476750317733806>. Acesso em: 14 fev. 2024.
- KELTY, C.; ERICKSON, S. Two modes of participation: a conceptual analysis of 102 cases of Internet and social media participation from 2005–2015. *The Information Society*, v. 34, n. 2, p. 71–87, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/01972243.2017.1414092>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01972243.2017.1414092>. Acesso em: 14 fev. 2024.
- KIM, D.; KANG, J. E. Integrating climate change adaptation into community planning using a participatory process: the case of *Saebat Maeul* community in Busan, Korea. *Environment and Planning B: Urban Analytics and City Science*, v. 45, n. 4, p. 669–690, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1177/0265813516683188>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0265813516683188>. Acesso em: 14 fev. 2024.
- KINGSTON, R.; CARVER, S.; EVANS, A.; TURTON, I. Web-based public participation geographical information systems: an aid to local environmental decision-making. *Computers, Environment and Urban Systems*, v. 24, n. 2, p. 109–125, 2000. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0198-9715\(99\)00049-6](https://doi.org/10.1016/S0198-9715(99)00049-6). Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0198971599000496>. Acesso em: 14 fev. 2024.
- KOUTSI, D.; STRATIGEA, A. Unburying hidden land and maritime cultural potential of small islands in the Mediterranean for tracking heritage-led local development paths. *Heritage*, v. 2, n. 1, p. 938–966, 2019. DOI: <https://doi.org/10.3390/heritage2010062>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2571-9408/2/1/62>. Acesso em: 14 fev. 2024.
- MILLIGAN, N. V.; NIEUWENHUIJSEN, E. R.; GRAWI, C. L. Using a participatory action strategic approach to enhance accessibility and participation in arts and cultural events: results of four focus groups. *Disability and Health Journal*, v. 7, n. 1, p. 105–113, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.dhjo.2013.09.001>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1936657413001556>. Acesso em: 14 fev. 2024.

MORAN, M. F. The practice of participatory planning at Mapoon Aboriginal Settlement: towards community control, ownership and autonomy. *Australian Geographical Studies*, v. 42, n. 3, p. 339–355, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-8470.2004.00277.x>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-8470.2004.00277.x>. Acesso em: 14 fev. 2024.

OVERFELT, D. Planning for possibility: opening democracy in an ordinary city. *Critical Sociology*, v. 39, n. 4, p. 593–613, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1177/0896920512454752>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0896920512454752>. Acesso em: 14 fev. 2024.

PALLADINO, M. Rediscovering people, places and traditions: a story of stories. *Journal of Place Management and Development*, v. 13, n. 2, p. 121–147, 2020. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/JPMD-12-2018-0097/full/html>. Acesso em: 14 fev. 2024.

PERIS, J.; ACEBILLO-BAQUÉ, M.; CALABUIG, C. Scrutinizing the link between participatory governance and urban environment management. The experience in Arequipa during 2003–2006. *Habitat International*, v. 35, n. 1, p. 84–92, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.habitatint.2010.04.003>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0197397510000299>. Acesso em: 14 fev. 2024.

POOLMAN, M.; VAN DE GIESEN, N. Participation: rhetoric and reality. The importance of understanding stakeholders based on a case study in Upper East Ghana. *International Journal of Water Resources Development*, v. 22, n. 4, p. 561–573, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1080/07900620600813191>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/07900620600813191>. Acesso em: 14 fev. 2024.

RIRISTUNINGSIA, D.; WAHYUNADI, W.; HARSONO, I. Public participation in rural development planning (a study in Lopok Village, Lopok District, Sumbawa Regency – West Nusa Tenggara). *Jurnal Ekonomi dan Studi Pembangunan*, v. 9, n. 1, p. 57–64, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.17977/um002v9i12017p057>. Disponível em: <http://journal.um.ac.id/index.php/jesp/article/view/7774/0>. Acesso em: 14 fev. 2024.

RZESZEWSKI, M.; KOTUS, J. Usability and usefulness of internet mapping platforms in participatory spatial planning. *Applied Geography*, v. 103, n. 1, p. 56–69, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.apgeog.2019.01.001>. Disponível em: <https://ouci.dntb.gov.ua/en/works/73QxGM-jl/>. Acesso em: 14 fev. 2024.

SCHROTH, O.; POND, E.; CAMPBELL, C.; CIZEK, P.; BOHUS, S.; SHEPPARD, S. R. J. Tool or Toy? Virtual globes in landscape planning. *Future Internet*, v. 3, n. 4, p. 204–227, 2011. DOI: <https://doi.org/10.3390/fi3040204>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1999-5903/3/4/204>. Acesso em: 14 fev. 2024.

SHRESTHA, R.; FLACKE, J. Leveraging citizen science to advance interactive spatial decision support technology: a swot analysis. *Int. Arch. Photogramm. Remote Sens. Spatial Inf. Sci.*, v. XLII-5, n. W3, p. 99–105, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5194/isprs-archives-XLII-5-W3-99-2019>. Disponível em: <https://isprs-archives.copernicus.org/articles/XLII-5-W3/99/2019/>. Acesso em: 14 fev. 2024.

STEINIGER, S.; POORAZIZI, E. Planyourplace: merging social networks and participatory GIS for participatory planning. In: FIG WORKING WEEK 2012: KNOWING TO MANAGE THE TERRITORY, PROTECT THE ENVIRONMENT, EVALUATE THE CULTURAL HERITAGE, 2012, Roma, Itália. *Anais [...]*. Roma: FIG, maio 2012. p. 6-10. Disponível em: https://fig.net/resources/proceedings/fig_proceedings/fig2012/papers/ts03e/TS03E_hunter_steiniger_et_al_5850.pdf. Acesso em: 15 fev. 2024.

TERRONES-CORDERO, A. Planeación participativa para elaborar un plan de desarrollo municipal: El caso de Acaxochitlán, Hidalgo. *Economía Sociedad y Territorio*, v. 13, n. 42, p. 521-599, 2013. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-84212013000200009. Acesso em: 15 fev. 2024.

UMEMOTO, K. Walking in another's shoes: epistemological challenges in participatory planning. *Journal of Planning Education and Research*, v. 21, n. 1, p. 17-31, 2001. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0739456X0102100102>. Acesso em: 15 fev. 2024.

VANDRESEN, L.; PIRES, D. E. P.; MARTINS, M. M.; FORTE, E. C. N.; LORENZETTI, J. Participatory planning and quality assessment: contributions of a nursing management technology. *Escola Anna Nery*, v. 23, n. 2, p. 1-8, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2018-0330>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/dy3s4K-fxv34c3PcMFfpRkRh/?lang=en>. Acesso em: 15 fev. 2024.

WALLIN, I.; CARLSSON, J.; HANSEN, H. P. Envisioning future forested landscapes in Sweden – Revealing local-national discrepancies through participatory action research. *Forest Policy and Economics*, v. 73, n. 1, p. 25–40, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.forpol.2016.07.010>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1389934116302052>. Acesso em: 15 fev. 2024.

WHITE, S. S. Public participation and organizational change in Wisconsin land use management. *Land Use Policy*, v. 18, n. 4, p. 341–350, 2001. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0264-8377\(01\)00027-8](https://doi.org/10.1016/S0264-8377(01)00027-8). Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0264837701000278>. Acesso em: 15 fev. 2024.

WIDEMAN, T. J.; MASUDA, J. R. Toponymic assemblages, resistance, and the politics of planning in Vancouver, Canada. *Environment and Planning C: Politics and Space*, v. 36, n. 3, p. 383–402, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1177/2399654417750624>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/2399654417750624>. Acesso em: 15 fev. 2024.

YATES, K. L.; SCHOEMAN, D. S. Spatial Access Priority Mapping (SAPM) with fishers: a quantitative GIS method for participatory planning. *PLoS ONE*, v. 8, n. 7, p. 1-14, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0068424>. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0068424>. Acesso em: 15 fev. 2024.

ZENG, E. J.; BORDEAUX SILVERSTEIN, L. China earthquake relief: participatory action work with children. *School Psychology International*, v. 32, n. 5, p. 498–511, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1177/0143034311402921>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0143034311402921>. Acesso em: 15 fev. 2024.

ZHANG, H., MAO, Z.; ZHANG, W. Design charrette as methodology for post-disaster participatory reconstruction: observations from a case study in Fukushima, Japan. *Sustainability*, v. 7, n. 6, p. 6593–6609, 2015. DOI: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0143034311402921>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/7/6/6593>. Acesso em: 15 fev. 2024.